



TRAMA GOLPISTA

Em 10 minutos, Tarcísio faz a defesa de Bolsonaro

Ao STF, governador nega articulação do ex-presidente para ruptura democrática e diz que ele estava "resignado" com eleições

» MAIARA MARINHO

Em depoimento ao Supremo Tribunal Federal (STF), o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL-RJ) jamais mencionou um plano golpista. Ele depôs como testemunha do ex-presidente — de quem foi ministro da Infraestrutura —, na ação penal sobre tentativa de golpe de Estado.

Tarcísio disse desconhecer qualquer tentativa de ruptura institucional. "Jamais, nunca, nem no meu período de ministério, de janeiro de 2019 a março de 2022, (Bolsonaro) jamais tocou nesse assunto, jamais mencionou qualquer tentativa de ruptura".

Segundo o governador, após o segundo turno das eleições, "o presidente estava triste, resignado". "Na primeira visita (15 de novembro), eu tive a oportunidade de ver, inclusive, a situação (frágil) de saúde do presidente, conversávamos sobre muita coisa, mas esse assunto (golpe de Estado) nunca veio à pauta."

O gestor mencionou que o único comentário feito pelo então presidente "era o de lamentar". Bolsonaro tinha, segundo ele, "a preocupação que a coisa desandasse, que houvesse uma interrupção no curso de reformas que foram importantes, uma preocupação com o futuro do país", sustentou.

Transição

O senador e ex-ministro-chefe da Casa Civil Ciro Nogueira (PP-PI) também prestou depoimento como testemunha de defesa de Bolsonaro e reforçou que não houve resistência à transição de governo.

"Foi no período em que estava acontecendo a greve de caminhoneiros, e eu precisava de uma fala do presidente para iniciar a transição para que os caminhoneiros desobstruíssem as rodovias. Eu solicitei a ele que fizéssemos uma declaração em conjunto para iniciar a transição, e ele determinou dessa forma", frisou.

O general Gustavo Henrique Dutra, ouvido na condição de testemunha do ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança do Distrito Federal Anderson Torres, minimizou a importância de uma reunião que

AFP



Tarcísio: "Jamais, nunca, nem no meu período de ministério, (Bolsonaro) jamais mencionou qualquer tentativa de ruptura"

ocorreu às vésperas dos atos golpistas de 8 de janeiro que resultaram em vandalismo nos prédios dos Três Poderes. Em 6 de janeiro, a cúpula da segurança do Distrito Federal se reuniu com Dutra, então comandante militar do Planalto, para debater o acampamento em frente ao Quartel-General do Exército e possíveis ações para impedir o ingresso de manifestantes na Esplanada.

"Eu participei de um cafezinho de cortesia com o doutor Anderson Torres no dia 6 às 10h", comentou. "O secretário (Torres) havia acabado de assumir a função, eu fui convidado para conhecê-lo", relatou.

Na reunião, que durou cerca de 20 minutos, foram apresentadas imagens que demonstraram uma possível desmobilização do acampamento e, mesmo com a vinda de ônibus com centenas de manifestantes para Brasília, o encontro foi encerrado sem que uma desmobilização fosse efetivamente realizada. Dutra foi demitido pelo presidente Luiz

Inácio Lula da Silva após o 8/1.

As defesas de Torres e Bolsonaro desistiram de algumas testemunhas. Os ex-ministros da Saúde Eduardo Pazuello, e do Turismo Gilson Machado; o empresário Amauri Feres Saad; o médico de Bolsonaro, Ricardo Peixoto Camarinha; o coronel do Exército Wagner de Oliveira; e o ex-servidor do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Giuseppe Dutra Janini foram dispensados pela defesa do ex-presidente.

O advogado Rafael Viana, responsável pela defesa de Torres, por sua vez, dispensou o presidente do Partido Liberal (PL) e ex-deputado federal Valdemar Costa Neto, além do deputado federal Ubiratan Sanderson (PL-RS), do ex-ministro da Agricultura e Pecuária Marcos Montes, do juiz federal Sandro Vieira e do senador Eduardo Girão (Partido Novo). Na próxima segunda-feira, às 15h, será ouvido apenas o senador Rogério Marinho (PL-RN), depoente relacionado por Bolsonaro.

Saiba mais

Sem perguntas de Moraes e Gonet

O depoimento do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, no STF, durou por volta de 10 minutos. Ele só foi questionado pela defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro. O procurador-geral da República, Paulo Gonçalves, e o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, abriram mão de fazer perguntas ao governador de São Paulo.

Tarcísio já saiu em defesa de Bolsonaro outras vezes. Em novembro do ano passado, quando o ex-chefe do Executivo foi indiciado pela Polícia Federal, o governador afirmou que Bolsonaro teria respeitado o resultado das urnas. "Há uma narrativa disseminada contra o presidente Jair Bolsonaro e que carece de provas. É preciso ser muito

responsável sobre acusações graves como essa. O presidente respeitou o resultado da eleição, e a posse aconteceu em plena normalidade e respeito à democracia", disse, na ocasião, no X.

Na mesma rede social, em fevereiro deste ano, Tarcísio afirmou que seu padrinho político "jamais compactuou" com qualquer tentativa de golpe. Bolsonaro havia sido denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR), como líder de um plano golpista.

Em março, quando o Supremo recebeu a denúncia da PGR e tornou Bolsonaro réu, o governador de São Paulo repetiu que o ex-presidente é a principal liderança política do Brasil "e assim seguirá".

Tarcísio é cotado como o principal nome para substituir Bolsonaro na eleição de 2026. Ele nega a pretensão de concorrer à presidência e tem dito que vai disputar a reeleição em São Paulo.

Pedido de investigação

» ISRAEL MEDEIROS

O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (PT-RJ), acionou a Procuradoria-Geral da República (PGR) ontem para pedir a abertura de uma nova investigação criminal contra o ex-presidente Jair Bolsonaro por tentativa de obstrução de Justiça. Ele pede também a adoção de medidas cautelares para evitar que o ex-chefe do Executivo tenha contato com testemunhas no inquérito da tentativa de golpe.

O motivo foi uma ligação feita por Bolsonaro para o senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS) na véspera de um depoimento do congressista ao Supremo Tribunal Federal (STF), em 22 de maio. A ligação foi noticiada pela imprensa e depois confirmada pelo próprio senador. "Falamos na véspera sobre os pontos fortes a serem abordados: transição e 8 de janeiro", disse Mourão, à CNN, em 28 de maio. No mesmo dia, no entanto, mudou de versão. Afirmando que os dois só conversaram sobre a data do depoimento do militar e sobre o estado de saúde de Bolsonaro.

Mourão foi ao Supremo para falar sobre os últimos meses da gestão Bolsonaro, quando era vice-presidente da República. Ele ficou no exercício do cargo quando o então presidente deixou o Brasil em 30 de dezembro de 2022 rumo aos Estados Unidos.

"A relação entre os envolvidos (...) revela, no mínimo, a tentativa deliberada de tentar influenciar a versão dos fatos que seria levada ao conhecimento do Supremo Tribunal Federal", escreveu Lindbergh no documento enviado à PGR. (...) O telefone configura, em tese, obstrução à Justiça, pois insere-se na tentativa de embargar a investigação de infração penal que envolve organização criminosa", afirmou o líder do PT na petição.

O líder do PT pediu também que a PGR recomende à Justiça requisitar registros de chamadas telefônicas, dados de celular e eventuais mensagens trocadas entre Bolsonaro e Mourão.

Carta dos EUA critica atuação de Moraes

» DANANDRA ROCHA

O Ministério da Justiça confirmou ter recebido um ofício em que o Departamento de Justiça norte-americano manifesta críticas à atuação do ministro Alexandre de Moraes, do STF. A carta, enviada em maio, faz referência à decisão do magistrado de bloquear contas na rede social Rumble, associada ao presidente dos EUA, Donald Trump.

A existência do documento foi revelada pelo jornal *The New York Times* na quinta-feira. Segundo a publicação, o Departamento de Justiça deixou claro que, embora Moraes possa aplicar as leis brasileiras em território nacional, ele não pode ordenar que empresas adotem medidas específicas nos Estados Unidos. Procurado pelo *Correio*, o STF não se pronunciou sobre o caso.

A controvérsia tem como

ópera no Brasil e, portanto, não haveria necessidade de indicar um representante legal. O bloqueio à plataforma permanece em vigor. A disputa jurídica avançou para os tribunais americanos, com uma ação movida pela Rumble e pela Trump Media & Technology Group no Tribunal Federal da Flórida, questionando a atuação do ministro brasileiro.

O caso também ganhou contornos políticos. Na quarta-feira, o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, anunciou a adoção de restrições de visto para "funcionários estrangeiros e pessoas cúmplices na censura de americanos". Não foi divulgada, porém, a lista dos atingidos pela medida. Na semana passada, Rubio declarou que "há uma grande chance" de o governo dos EUA sancionar Moraes.



Moraes se tornou alvo dos EUA após decisões contra redes americanas



O Departamento de Justiça disse ao ministro Alexandre de Moraes que ele poderia aplicar as leis no Brasil, mas que não poderia ordenar que empresas obedecessem ordens específicas nos Estados Unidos

Trecho divulgado pelo NYT